

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL**

### **PPP NA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O CONSELHO DE CLASSE**

Com o objetivo de contribuir na formação da equipe gestora e discente das unidades escolares, a Coordenação de Educação Especial tem estado presente nas formações organizadas pela SED.

Ainda em 2017, para a semana de formação e planejamento, disponibilizamos na Intranet, uma proposta de estudo e reflexão, sobre o processo de inclusão na sua escola, sobre o PPP e abordamos também as diversas deficiências, oferecendo diversos textos e vídeos.

Para o mês de julho deste mesmo ano, a Educação Especial foi contemplada na agenda de formação enviada pela SED, onde ratificamos as questões referentes à necessidade de atualização do PPP e a clareza necessária por toda a equipe docente da escola, sobre algumas adequações possíveis.

A equipe de profissionais da Fundação Catarinense da Educação Especial gravou vídeos sobre adaptação curricular para todas as deficiências e transtornos, e, a SED encaminhou as atribuições dos professores da Educação Especial, destacando o papel do Segundo Professor de Turma. Foram elaborados dois questionários, sugerindo encaminhamentos para inclusão no PPP da escola, de aspectos que poderiam ainda não estar definidos enquanto equipe gestora e docente.

Se entendermos que o Projeto Político Pedagógico/PPP da escola expressa as decisões tomadas pela comunidade escolar, a identidade da escola e suas intenções, conseqüentemente a cada ano haverá reflexões sobre as finalidades da escola, redefinições das suas ações, da organização do trabalho pedagógico de maneira a contemplar a sua diversidade, o que oportunizará a vivência de ações articuladas entre todos os docentes.

Para que realmente se efetive uma prática inclusiva, existem questões que merecem atenção e registro no PPP. Para quem leu e estudou, sabe que consta como primeira

atribuição do Segundo Professor de Turma, do Professor Bilíngue e Intérprete da Libras, a seguinte tarefa: **Tomar conhecimento antecipado do planejamento do(s) professor(es) regente(s) para organizar e ou propor adequações curriculares e procedimentos metodológicos diferenciados, para as atividades pedagógicas planejadas pelo(s) professor(es) regente(s).**

**Perguntamos:**

- Qual é o profissional da escola que se responsabiliza em fazer chegar o planejamento aos referidos professores?
- Qual a dinâmica estabelecida entre a equipe gestora e professores para a garantia do acesso ao planejamento?
- Qual o encaminhamento/procedimento para os casos de descumprimento por parte dos professores regentes, no que se refere a esse acesso?

Essa é a primeira questão a ser definida pela equipe da escola e deixar registrado no PPP, não o nome, mas qual profissional da escola será o responsável por mediar e garantir esse acesso. Caso sua escola já tenha isso definido, parabéns!

Também consta nas atribuições que: **O segundo professor de turma não pode assumir integralmente os alunos da educação especial, sendo a escola responsável por todos, nos diferentes contextos educacionais.**

Uma vez que o aluno com deficiência é aluno da escola, perguntamos:

- Como sua escola se articula no sentido de envolver todos os seus profissionais nas questões relativas a esses alunos? Quando o recreio é monitorado, como se organizam? Existe um revezamento entre todos os professores? Quem é responsável pela alimentação, higiene e locomoção?

Primeiro ratificamos que o aluno com deficiência ou transtorno é **aluno da escola, matriculado num ano ou série, com professores regentes das áreas do conhecimento.** Preocupa-nos a questão dos horários de intervalo de recreio e almoço, quando a escola funciona em tempo integral. Recebemos muitos telefonemas com relatos de que é sempre o Segundo Professor de Turma que permanece nestes espaços, mesmo com a contratação do Orientador de Convivência (nas escolas que ofertam o EMI). Essa jamais pode ser a regra. É preciso um revezamento entre todos os professores envolvidos. O Segundo Professor já permanece em tempo integral com o aluno, não pode assumir mais isso sozinho.

Esse é o segundo aspecto que a escola precisa definir e registrar no seu PPP, a forma como será a sua organização.

Uma terceira situação que acontece muito é: o **Segundo Professor de Turma atuar na escola como professor substituto**. Perguntamos:

- Existe uma proposta na escola para as eventuais faltas de professores? Quem substitui os professores que faltam? Como a escola se organiza neste sentido?

A informação que nos chega é que o segundo professor é o volante da escola. Como todos os outros, ele tem suas atribuições específicas. Com certeza deve haver bom senso. O segundo professor também tem suas faltas e também precisa de alguém que o substitua. Porém, igual à situação anterior, não pode ser a regra ele ser definido como o volante da escola. Esse aspecto necessita sim de um registro no PPP, sobre como a escola vai se organizar em relação às faltas dos professores, para garantir o seu bom funcionamento.

Após estas decisões no coletivo, pretendemos ratificar as orientações enviadas em dezembro, por meio do Ofício Circular nº 355/2018, referentes ao **Conselho de Classe**. Propomos uma reflexão sobre o **Conselho de Classe** como Instância Colegiada, democrática e norteadora da prática pedagógica e docente na escola, onde o mesmo pode ser entendido como um espaço de participação e de exercício de cidadania, pelo fato de articular ações, bem como as práticas pedagógicas, avaliando coletivamente resultados e utilizando-os como instrumentos de reorganização do trabalho pedagógico da escola.

Porém, a realidade escolar retrata um sério problema no que se refere aos resultados finais, obtidos após o último conselho de classe do ano, ou seja, demonstra um número elevado de alunos que são aprovados pelo conselho de classe. Contudo, questiona-se se de fato esses alunos foram aprovados por terem alcançados os objetivos previstos para os mesmos, tendo sido esgotadas todas as possibilidades de intervenções, ou, se estão sendo aprovados automaticamente. É necessário então compreendermos a organização desta instância colegiada não só com foco na aprovação ou reprovação, mas principalmente como é seu funcionamento, visto que o conselho de classe tem função importante no processo de avaliação e partindo dos diagnósticos realizados, é possível traçar propostas de intervenções na prática pedagógica e docente durante o processo de

ensino aprendizagem, com o objetivo de modificar qualitativamente o resultado final da instituição escolar.

Reprova ou não reprova? De acordo com a Resolução nº 183/2013/CEE, que estabelece diretrizes operacionais para a avaliação do processo ensino-aprendizagem e o Conselho de Classe, nos estabelecimentos de ensino de Educação Básica, esse é o maior e, sem dúvida, o mais delicado questionamento do último Conselho de Classe do ano. Trata-se de uma decisão difícil, e, uma decisão equivocada pode trazer prejuízos na vida escolar do aluno, já que repetir o ano é algo muito desmotivador. Por isso, antes de responder se é melhor reprovar ou não reprovar, é preciso fazer outras perguntas: Como ele estava no início do processo? Os objetivos traçados para este aluno foram traçados a partir de uma sondagem diagnóstica? Os mesmos foram alcançados? Se não, quais foram as estratégias e adequações realizadas para o desenvolvimento do aluno? Quais os encaminhamentos do 1º e 2º Conselhos de Classe em relação às adequações necessárias, à flexibilização do currículo, quanto à enturmação mais adequada? O que precisamos corrigir para que ele desenvolva todo seu potencial? Que habilidades e competências desenvolvidas pelo aluno, foram registradas em cada bimestre? Qual foi a contribuição do Atendimento Educacional Especializado no processo de aprendizagem do aluno? A presença do Segundo Professor de Turma foi importante e decisiva no dia a dia do aluno?

Estes questionamentos não podem ser feitos somente no último Conselho do ano, mas em todos, de modo que as respostas permitam um encaminhamento antes que se chegue a uma situação limite. Não deixar essas perguntas para a última hora. Afinal, a avaliação é um processo longo que deve durar o ano todo e, infelizmente, às vezes, ao avaliar os estudantes, olhamos só para o que eles não sabem ou para as expectativas que não foram alcançadas, sem levar em conta **o que ele já aprendeu e o potencial que ainda pode ser desenvolvido.**

Bom trabalho a todos!